



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Noticias de interesse da segurança pública em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, no período de 09 a 13 de maio de 2016.

1. PODER LEGISLATIVO –




1.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

[Projeto garante a militares 20 por cento das vagas de concursos na área de segurança](#)

Projeto de lei (PL 4367/16) que tramita na Câmara assegura aos militares das Forças Armadas, que estão em serviço ativo, vinte por cento das vagas disponíveis em concurso público na área de Segurança Pública de todo País. O autor da proposta, deputado Cabo Daciolo (PTdoB-RJ), afirma que o baixo salário pago aos militares das Forças Armadas tem estimulado muitos a abandonar a carreira. “É perceptível que a remuneração dos militares das Forças Armadas é menor que a dos postos correspondentes nas forças auxiliares”, disse. A proposta vale também para os jovens que participam do Serviço Militar Obrigatório. O deputado destaca que, após sete anos servindo o País, esses militares são exonerados sem que uma perspectiva profissional seja oferecida. Segundo Daciolo, o objeto da proposta “é propiciar às Corporações homens e mulheres aptos, intelectualmente e fisicamente, para o serviço público”.

[PEC permite que estados legislem sobre organização da PM e dos bombeiros.](#)



Segundo o autor da **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 213/16**, deputado Alberto Fraga (DEM-DF), a PEC cria um regime de colaboração entre os três níveis da federação brasileira (União, estados e municípios), a fim de resolver problemas que afetam há anos as cidades brasileiras. “O caminho que se preferiu nesta proposição é potencialmente hábil a ensejar um federalismo de equilíbrio, uma vez que o atual quadro de competências além de representar um federalismo puramente nominal, expõe a segurança pública dos Estados Membros a uma total dependência da União. Portanto, modelo ultrapassado e desequilibrado de federalismo no direito comparado”, afirma o autor. Para Fraga, a competência concorrente – quando a União legisla sobre normas gerais e estados complementam essas normas - é o instrumento do federalismo moderno para permitir que se firmem regulações uniformes no âmbito nacional, preservando-se, na medida do possível, os pluralismos regionais e locais.

[PEC cria quarentena de 120 dias para parlamentar retornar a cargo no Executivo](#)

De acordo com o texto, o parlamentar que for exonerado a pedido ou de ofício não poderá assumir nenhum desses cargos antes de 120 dias, contados a partir da saída do Executivo. “A proposta objetiva eliminar a possibilidade dessas ‘licenças-relâmpago’ que desmoralizam os verdadeiros interesses do País”, afirmou Avelino. Nos últimos anos, segundo Avelino, tornou-se comum a exoneração de um ministro em um dia e a nova nomeação para o mesmo cargo no dia seguinte. Isso geralmente ocorre quando parlamentares retornam ao legislativo “para interferir em alguma circunstância política” de interesse do governo. “Como exemplo dessa vergonhosa prática, a presidente da República liberou o seu ministro da Saúde para reassumir o mandato, votar na eleição para a liderança do PMDB na Câmara e, em seguida, retornar ao cargo”, disse Avelino, em referência à saída do deputado Marcelo Castro (PMDB-PI) quando era ministro da pasta, durante a epidemia do vírus zika, para eleição do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), como líder do partido.

[Medida provisória fecha em 23 número de ministérios do governo Temer](#)



Primeira medida provisória editada no governo do presidente interino da República, Michel Temer, a **MP 726/16** reduz de 32 para 23 o número de ministérios. A decisão foi publicada em uma edição



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

extra do Diário Oficial na quinta-feira (12), após a posse de Temer. Os 23 ministérios incluem os 20 da lista final e os três ligados à presidência (Casa Civil, Secretaria de Governo e Gabinete de Segurança Institucional). Pela decisão, ficam extintos os seguintes ministérios: - Casa Militar da Presidência República; - Controladoria- Geral da União (CGU); - Ministério da Cultura; - Ministério das Comunicações; - Ministério do Desenvolvimento Agrário; - Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; - Secretaria de Aviação Civil; - Secretaria de Comunicação Social; e - Secretaria de Portos.

PEC estabelece que processo de impeachment impedirá recesso parlamentar

Tramita na Câmara dos Deputados a **Proposta de Emenda à Constituição 189/16**, do deputado Afonso Motta (PDT-RS), que impede o recesso parlamentar durante a análise da denúncia por crime de responsabilidade (impeachment) contra presidente da República. Pela proposta, o Congresso deverá continuar funcionando desde o recebimento da denúncia pela Câmara até a decisão final do Senado. O recesso parlamentar acontece duas vezes por ano: **de 18 a 31 de julho e de 23 de dezembro a 1º de fevereiro do ano seguinte**. Motta lembrou que o Congresso entrou em recesso em 22 de dezembro de 2015, 20 dias depois do recebimento da denúncia contra a presidente Dilma Rousseff, em 2 de dezembro do ano passado.

1.2 COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Deputados e gestores listam dificuldades para o Brasil reduzir mortes no trânsito

Desafios para reduzir os acidentes e as mortes no trânsito brasileiro foram listados, nesta quinta-feira (12), em seminário na Câmara dos Deputados sobre o assunto. Fiscalização, infraestrutura, segurança veicular, saúde e educação foram os pontos abordados por parlamentares e especialistas no encontro promovido pela Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro e pela Comissão de Viação e Transportes, com o apoio do Observatório Nacional de Segurança Viária e da Associação Nacional dos Detrans. Os participantes do seminário reconheceram deficiências a serem enfrentadas. Uma delas é a fiscalização. O Brasil conta com poucos agentes para fiscalizar o trânsito. No caso das rodovias federais, são cerca de 10 mil policiais rodoviários federais para cuidar de uma malha aproximada de 71 mil quilômetros. “É muito difícil trabalhar nessa malha, onde se lida com toda a complexidade de trânsito, que envolve tráfico, contrabando e situações de segurança”, afirmou a diretora-geral da Polícia Rodoviária Federal, Maria Alice Nascimento. Representantes de diferentes entidades ligadas ao trânsito vão estudar cada um dos pontos, priorizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), com a tarefa de apresentar propostas em um novo encontro em setembro – durante a Semana Nacional do Trânsito, de 18 a 25 de setembro.

1.3 COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Aprovado na Comissão de Segurança Pública o PL 583/15, conferindo direito de disponibilidade dos militares estaduais para o desempenho de mandato associativo.

Foi aprovado hoje, dia 11 de maio de 2016, na comissão de segurança pública e combate ao crime organizado da câmara dos deputados, o **projeto de lei n.º 583/15** de autoria do Deputado Major Olímpio, o qual confere o direito de disponibilidade exclusiva para o desempenho de mandato associativo aos representantes das entidades de militares dos Estados e do Distrito Federal.

O projeto prevê ainda o direito do desconto em folha das contribuições dos associados que assim preferirem com vistas a dar maior autonomia para as associações que hoje se vêm vinculadas a subjetividade de autorização das respectivas instituições para esse desconto, bem como autorização para desconto em folha de empréstimo consignados aos militares dos estados e do DF.



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

O projeto de lei tramitará ainda pela comissão de trabalho, administração e serviço público e pela comissão de constituição e justiça e de cidadania, e se aprovado nessas comissões irá diretamente para apreciação do senado federal.

1.4 OUTRAS NOTÍCIAS DA CÂMARA

[Deputado elogia ampliação para 20 dias da licença-paternidade de servidor público](#)

A medida prevista no **Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/16)** que prorroga de 5 para 20 dias a licença-paternidade para os trabalhadores de empresas inscritas no Programa Empresa-Cidadã deverá ser aplicada aos servidores públicos. O direito foi concedido por meio de um decreto da presidente Dilma Rousseff, publicado na semana passada (**Decreto 8.737/16**). Segundo a regra, o servidor deverá solicitar o benefício no prazo de dois dias úteis após o nascimento do filho. Também terão direito à licença aqueles que adotarem ou obtiverem guarda judicial para fins de adoção de crianças de até 12 anos incompletos. O deputado Osmar Terra (PMDB-RS), um dos autores da proposta que originou o Marco Legal da Primeira Infância, considerou a medida do governo federal acertada. Ele ressaltou que o amparo emocional do pai após o nascimento do bebê é importante para a mãe e para o filho. “É muito importante, nesse período, o pai compartilhar com a mãe, ajudar a cuidar da criança, não ficar tudo sendo feito pela mãe”, declarou.

[Dilma exonera ministros e servidores do alto escalão do governo](#)

O Diário Oficial da União desta quinta-feira (12) traz a exoneração de 28 ministros de estado que faziam parte da equipe da presidente afastada, Dilma Rousseff. O afastamento decorre da aprovação da admissibilidade do processo de impeachment de Dilma pelo Senado no início desta manhã. Depois de mais de 20 horas de debates, os senadores aprovaram o afastamento de Dilma por 55 votos a 22. A instauração de processo de impeachment contra Dilma já havia sido autorizada pela Câmara no mês passado. Ministros exonerados - Entre os ministros exonerados está o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, cuja nomeação para Casa Civil estava suspensa por liminar do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Também constam da lista de exonerados o Advogado-Geral da União, José Eduardo Cardozo; o ministro Chefe do Gabinete Pessoal, Jaques Wagner; o ministro da Justiça, Eugênio Aragão; além dos ministros Miguel Rosseto (Trabalho e Previdência Social), Kátia Abreu (Agricultura) e Edinho da Silva (Secretaria de Comunicação Social).

1.4 Agenda da Câmara dos Deputados

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/508746-AGENDA-DA-PROXIMA-SEMANA.html>

DESTAQUES DA AGENDA

SEGUNDA-FEIRA (16)

10 horas

Sessão Solene

Homenagem à Polícia Militar do Distrito Federal

Plenário Ulysses Guimarães.

14 horas

Comissão Mista Orçamento

Palestra sobre o SILOR - Sistema de Indicação Legislativa Orçamentária ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016 (PL 7/15-CN) para autores de emendas individuais.

Plenário 2.



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

TERÇA-FEIRA (17)

14 horas

Colégio de Líderes

Reunião para definir a pauta da semana (plenário)

Local a definir.

14 horas

Comissão Especial sobre a Carga Horária de Policial e Bombeiro (PEC 44/15)

Instalação da comissão; e eleição do presidente e vice-presidentes.

Plenário 8.

14h30

Comissão Especial sobre Código de Processo Penal (PL 8045/10)

Audiência pública.

Foram convidados, entre outros, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, José Robalinho Cavalcanti; presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Norma Angélica Reis Cardoso; e vice-presidente jurídico da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol/BR) e presidente da Adepol/RJ, Wladimir Sérgio Reale.

Plenário 3.

14h30

Comissão Especial sobre Enfrentamento ao Homicídio de Jovens (PL 2438/15)

Audiência pública e votação de requerimentos.

Foram convidados, entre outros, representantes do Fórum Nacional de Juventude Negra (Fonajune), Priscila Estevão; do Coletivo Nacional da Juventude Negra (Enegrecer), Dandara Tonantzin; União dos Negros pela igualdade (Unegro), Edson França.

Plenário a definir.

14h30

Comissão Especial sobre a Unificação das Polícias Cíveis e Militares

Audiência pública sobre propostas de unificação das polícias cíveis e militares e votação de requerimentos.

Foram convidados, entre outros, o diretor-executivo do Viva Rio, Ubiratan Angelo; a assessora sênior do Instituto Sou da Paz, Carolina Ricardo; e a coordenadora-geral do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes.

Plenário 11.

14h30

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 1.

QUARTA-FEIRA (18)

10 horas

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Eleição para o cargo de segundo vice-presidente; e votação de projetos e requerimentos.

Plenário 3.

10 horas

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 1.

14 horas

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 6.



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

14h30

Comissão Especial sobre Alteração do Código de Trânsito (PL 8085/14)

Audiência pública sobre transporte individual de passageiros

Foram convidados, entre outros, o diretor-geral do Denatran, Alberto Angerami; o economista-chefe do Cade, Luiz Alberto Esteves; e o diretor presidente do Sindicato dos Taxistas Autônomos de São Paulo, Natalício Bezerra Silva.

Plenário 8.

QUINTA-FEIRA (19)

10 horas

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 1.

2. PODER LEGISLATIVO –



2.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Processos sobre crimes hediondos terão prioridade na Justiça

Foi publicada nesta quarta-feira (11) a lei que garante prioridade de tramitação, em todas as instâncias, a processos que apurem a prática de crime hediondo. A **Lei 13.285/2016** tem origem no **Projeto de Lei da Câmara (PLC) 20/2014**, aprovado pelo Senado em abril. A nova lei modifica o **Código de Processo Penal (Decreto-lei 3.689/1941)**. Antes de passar pelo Plenário do Senado, a proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde recebeu parecer favorável do relator, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). De acordo com Valadares, os crimes hediondos comovem a população e as próprias autoridades, principalmente porque não adianta agravar a pena se o processo não anda, ou seja, se a condenação custa a se efetivar. O projeto é de autoria da deputada Keiko Ota (PSB-SP), mãe do menino Ives, sequestrado e morto no mesmo dia, em 1997, após reconhecer um dos sequestradores. Para ela, a demora no julgamento de crimes de natureza gravíssima gera na sociedade uma sensação de impunidade e de descrença em relação ao Judiciário.

Lei proíbe trabalho de gestantes em atividade perigosa

As mulheres grávidas ou que estejam amamentando serão temporariamente afastadas de locais insalubres de trabalho. É o que estabelece a **Lei 13.287/2016**, publicada nesta quarta-feira (11) no Diário Oficial da União. O trecho que garantia o pagamento integral do salário incluindo o adicional de insalubridade foi vetado. A lei é originária do **Projeto de Lei da Câmara (PLC) 76/2014**, aprovado em abril pelo Plenário do Senado. Já está valendo desde a publicação. A lei garante à trabalhadora gestante ou lactante o exercício de suas funções em local saudável durante esse período em especial. Mas foi vetada a manutenção do salário integral incluindo os adicionais de insalubridade, depois de ouvidos os Ministérios da Fazenda e das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. De acordo com as razões do veto, a manutenção do salário tem mérito, mas o texto da lei estava ambíguo e poderia prejudicar a trabalhadora. Isso porque o tempo da lactação pode se estender além do período de estabilidade no emprego após o parto, e o custo adicional para o empregador poderia levá-lo à demissão da trabalhadora após o término da estabilidade pela gravidez.

2.2 OUTRAS NOTÍCIAS DO SENADO

Senado aprova abertura de processo de impeachment e afasta Dilma por 180 dias



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

O Plenário do Senado aprovou, pouco depois das 6h30 desta quinta-feira (12), a abertura de processo contra a presidente Dilma Rousseff por crime de responsabilidade. Dilma é acusada de infringir normas da legislação fiscal em 2015. Dos 78 senadores presentes à sessão iniciada na manhã de ontem, 55 foram favoráveis ao relatório pró-impeachment do senador Antônio Anastasia (PSDB-MG), relator da denúncia na comissão especial. Outros 22 votaram contra. Houve duas ausências, e o presidente do Senado, Renan Calheiros, não votou. Com a aprovação da denúncia, a presidente será afastada do cargo pelo prazo máximo de 180 dias, segundo regra da Constituição. Nesse período, o vice-presidente Michel Temer assume a presidência. Nesta quinta, Dilma será notificada da decisão pelo primeiro-secretário do Senado, Vicentinho Alves (PR-TO). Ele também deverá comunicar o vice Michel Temer, para que este assumira a presidência da República interinamente.

2.3 Agenda do Senado Federal

<http://www12.senado.leg.br/noticias/agendasemanal/2016/05/16>

DESTAQUES DA AGENDA

Agenda - 16/05/2016 (Segunda-feira)

14h

1. Orçamento -

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) realiza palestra sobre o SILOR - Sistema de Indicação Legislativa Orçamentária ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016 (PL 7/2015-CN) para autores de emendas individuais. **Local:** Anexo II, Plenário 02 / **Status:** Confirmada

Agenda - 18/05/2016 (Quarta-feira)

10h

1. Comissão/Constituição e Justiça -

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tem reunião deliberativa com 40 itens. Entre eles, o PLS 663/2015, que proíbe doações a candidatos e partidos políticos por servidores ocupantes de cargo em comissão; o PLS 373/2015, que torna o homicídio de idosos crime hediondo, e o PLS 204/2015, que majora a pena do crime de poluição de manancial de água. Veja a pauta completa. **Local:** Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3 / **Status:** Confirmada

3. PODER JUDICIÁRIO

3.1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

[ADI questiona mudanças na estrutura e deliberações do Departamento da Polícia Federal](#)

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ajuizou **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5515)** no Supremo Tribunal Federal (STF) em que questiona mudanças nas deliberações e na estrutura do Departamento de Polícia Federal, especialmente quanto à criação do Conselho



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Superior de Polícia. Sustenta que tais mudanças refletem diretamente no exercício do controle externo da atividade policial, que compete ao Ministério Público. Na ação, o procurador-geral pede a concessão de liminar para suspender o artigo 10 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal (aprovado pela Portaria [2.877/2011](#), do Ministério da Justiça) que levou à criação do Conselho Superior de Polícia. Pede também a suspensão das Resoluções 1 e 2/2010, do Conselho Superior de Polícia, e da Resolução Conjunta 1/2015, desse Conselho e do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil. Afirma que tanto o Conselho Superior de Polícia quanto o Conselho Nacional dos Chefes de Polícias Civil “não possuem competência para fixar deveres e regras limitadoras com alcance sobre órgãos da administração pública”. Segundo Janot, as normas foram editadas a pretexto de orientar atividades policiais e administrativas e regulamentar procedimentos adotados pelas polícias criminais. Entretanto, diz o procurador, “inovaram primariamente no ordenamento jurídico e restringiram atuação do Ministério Público”.

3.2 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Ministro Gilmar Mendes toma posse como presidente do TSE

O ministro Gilmar Mendes tomou posse no cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em sessão solene realizada nesta quinta-feira (12), no Plenário da Corte, em Brasília. Esta é a segunda vez que o ministro assume a Presidência do TSE. Ele já ocupou o cargo de 21 de fevereiro a 4 de maio de 2006. Gilmar Mendes comandará as Eleições Municipais de 2016 e permanecerá até fevereiro de 2018. Na mesma sessão, o ministro Luiz Fux foi empossado vice-presidente do TSE na gestão que se inicia. Além dos ministros da Casa, integraram a mesa principal da sessão o presidente da República interino Michel Temer, o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, o procurador-geral eleitoral, Rodrigo Janot, e o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cláudio Lamachia. Após a execução do Hino Nacional pela banda dos fuzileiros navais, o ministro Gilmar Mendes leu o compromisso regimental e assinou o termo de posse. Ao discursar já como presidente do TSE, ele sustentou que o modelo político eleitoral brasileiro está esgotado. O ministro afirmou que o modelo atual “não é produtivo nem atuável, com a criação em série de partidos políticos e de coligações ilegítimas vinculadas e dirigidas não por afinidade programática”.

4. PODER EXECUTIVO

4.1 CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Renan passa condução do impeachment para Lewandowski

Em reunião na tarde desta quinta-feira (12), o presidente do Senado, Renan Calheiros, passou a condução do processo de impeachment para o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski. A cerimônia ocorreu na Sala da Presidência do Senado, com a presença de lideranças partidárias e membros da Comissão Especial de Impeachment. Renan informou que uma sala da vice-presidência do Senado foi cedida para Lewandowski e que dará “todo apoio” a seu trabalho. Para ele, a presença do ministro é forma de garantir a isenção e a independência do julgamento da presidente afastada, Dilma Rousseff, no Senado. Ele acrescentou que questões como prazos e recursos serão decididas pela Comissão do Impeachment e pelo presidente Lewandowski. Renan confirmou, no entanto, que o recesso de julho deve ser suspenso, para “agilizar a atividade processante” do Senado. — Estamos felizes com a vinda de Lewandowski. É um mando constitucional — afirmou Renan, destacando que se sentia aliviado com a transferência da direção do impeachment para o presidente do STF.

4.2 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Comitê de Monitoramento de Casos de Assédio reúne-se em Brasília



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

A Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ) realizou nesta quarta e quinta-feira (11 e 12), em Brasília, a 1ª Reunião do Comitê de Monitoramento e Acompanhamento de Casos de Assédio Moral e Sexual Sofrido pelas Profissionais de Segurança Pública. A ideia é criar um espaço permanente de debates e estudos para propor medidas de solução do problema, somando-se aos esforços das corregedorias e ouvidorias de polícia. Trata-se de uma continuidade das ações do Grupo de Trabalho (GT) criado há pouco mais de um ano e cuja última reunião aconteceu em março deste ano. O problema foi revelado a partir da pesquisa 'Mulheres na Segurança Pública', um estudo técnico nacional realizado em 2013. Os pesquisadores observaram que 40% das profissionais de segurança pública entrevistadas já sofreram algum tipo de assédio (moral ou sexual) em seu ambiente de trabalho e que 48% delas não sabiam como denunciar. Além de discutir diretrizes, consequência do assédio na área de saúde e participação dos canais de denúncia 'Disque 100' e 'Ligue 180', o Comitê aprovou o conteúdo final de uma cartilha elaborada no decorrer das nove reuniões do GT e que está sendo encaminhada para publicação. Também foi apresentado um acordo de cooperação técnica firmado entre a Senasp e a Universidade Federal de Goiás (UFG), para a realização de uma pesquisa sobre violência e assédio sofrido por mulheres no exercício de sua profissão na segurança pública.

[Força Nacional capacitou mais de 17 mil profissionais de segurança desde 2011](#)

O Departamento da Força Nacional de Segurança Pública contabiliza 180 operações de policiamento ostensivo, polícia judiciária, perícia técnica e bombeiro militar em todo o país, de janeiro de 2011 até o momento. Os estados que mais receberam operações da Força foram Pará (22), Rondônia (13), Amazonas (13), Acre (12), Mato Grosso (12), Maranhão (11) e Mato Grosso do Sul (11). Juntos, os sete estados representam 52% do total das ações realizadas. Nesse período, a Força Nacional capacitou mais de 17 mil profissionais de segurança pública de todas as unidades da federação, garantindo a difusão do conhecimento técnico operacional padrão do departamento e a capacitação continuada para melhoria do emprego da tropa em atividades, que vão desde policiamento em fronteiras e cumprimento de mandados judiciais, até atuação em conflitos agrários e proteção de pessoas ameaçadas. Para atender a contrapartida pactuada com as unidades da federação pela cessão de efetivo para a Força Nacional durante o período de vigência do convênio de cooperação, o governo federal investiu, nos últimos cinco anos, R\$ 77,4 milhões. Os recursos foram usados para aquisição e doação de viaturas e equipamentos como carabinas, pistolas, coletes balísticos, capacetes, materiais de bombeiro e perícia aos estados.

[Ministério da Justiça entrega 12,6 mil coletes para mulheres policiais](#)

A Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ) adquiriu, pela primeira vez no Brasil, coletes balísticos específicos para mulheres policiais. Mais adequados às medidas femininas, os 12.600 equipamentos de proteção individual estão sendo entregues às Polícias Militares e Polícias Civas dos 26 estados do país. "Esses coletes foram encomendados pelo Ministério da Justiça considerando a necessidade de equipar as mulheres que, cada vez mais, atuam em atividades policiais e hoje utilizam coletes com dimensões para homens. O novo modelo tem bojo para os seios e é 20% menor e mais leve que o masculino, para se adequar à anatomia feminina, mas sem perder capacidade de proteção", explica a secretária nacional de Segurança Pública, Regina De Luca Miki.

4.3 MINISTÉRIO DA DEFESA

[Rio 2016: Decreto garante segurança ao espaço aéreo brasileiro](#)

Como parte das ações do Ministério da Defesa para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 foi publicado, nesta quarta-feira (11), no Diário Oficial do União, decreto que define os procedimentos com relação a aeronaves suspeitas ou hostis, que possam apresentar ameaça à segurança das Olimpíadas. Este conceito e estrutura militar para gerenciar o fluxo de tráfego aéreo já foi adotado em outros grandes eventos sediados no Brasil. As experiências na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), em 2012, na Copa das Confederações de Futebol FIFA Brasil 2013, a Jornada Mundial da Juventude Católica Rio



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

2013 e a Copa do Mundo de Futebol FIFA Brasil 2014 foram bem sucedidas e resultaram em reconhecimento internacional. As aeronaves classificadas como suspeitas estarão sujeitas às medidas coercitivas de averiguação, intervenção e persuasão, de forma progressiva e sempre que a medida anterior não obtiver êxito.

5. OUTRAS PUBLICAÇÕES (SITES, REVISTAS ETC.)

[Conheça o perfil dos novos ministros do governo Temer](#)

O presidente interino Michel Temer empossou, na tarde desta quinta-feira (12), os 23 novos ministros do governo federal. Conheça o perfil dos chefes das pastas...

[OAB defende saída de ministros de Temer investigados pela Lava Jato](#)

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia, defendeu neste sábado (14) que políticos investigados pela operação Lava Jato, que apura corrupção na Petrobrás, não devem ocupar ministérios do governo do presidente em exercício Michel Temer. “Quem é investigado pela Operação Lava Jato não pode ser ministro de Estado, sob o risco de ameaçar a chance que o Brasil tem de trilhar melhores rumos”, diz Lamachia em nota. “Faço o alerta de que a nomeação de investigados contraria os anseios da sociedade e não deveria ser feita.”

6. ASSUNTOS DE INTERESSE DA FENEME

6.1 AGENDA CONJUNTA DO CNCG E FENEME

DIRETORIAS DO CNCG E FENEME SE REÚNEM COM PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

<http://www.feneme.org.br//pagina/1443/diretorias-do-cncg-e-feneme-se-reuacutenem-com-presi>

6.2 RESULTADO DAS ELEIÇÕES NA ASOFBM E ACORS

http://www.asofbm.org.br/noticias_det.php?id=362

<http://www.acors.org.br/pagina/2987/celpmrrsergioluisselleleitopresidentedaaacors>

Brasília, 14 de maio de 2016.

OUTRAS INFORMACOES RELEVANTES E ESTRATEGICAS PARA A FENEME NO AMBITOS DOS PODERES, ORGAOS E INSTITUICOES, ESTAO SENDO REPASSADAS VIA RELATORIOS E COMUNICACOES COMPLEMENTARES AO PRESIDENTE DA ENTIDADE, PARA OS ENCAMINHAMENTOS NECESSARIOS.